

## **Neoliberalismo: expandindo as fronteiras do capital**

**JANAINA DA SILVA BEZERRA\***

Embora seja um fenômeno relativamente recente e em certa medida ainda incompreendido, já é possível encontrar uma vasta literatura, em variadas áreas do conhecimento, que discuta o tema do neoliberalismo. Deparamos-nos com diversas interpretações da questão nas quais os autores hierarquizam o seu surgimento e o desenvolvimento a partir de critérios distintos. Não temos a ambição aqui de apresentar uma tese inovadora que solucione a questão, mas tão somente de elaborar uma síntese coerente a partir das leituras realizadas até aqui.

O primeiro comentário a ser feito, embora possa parecer uma obviedade, é que o neoliberalismo é um processo social, no sentido de que sua existência tem uma dimensão global e abarca, de forma desigual e combinada, o conjunto dos aspectos da vida social. Dessa maneira, é fundamental para a compreensão do objeto em questão a noção de totalidade, qual seja, a observação e análise da realidade a partir de suas múltiplas determinações.

É comum que encontremos interpretações que localizam o neoliberalismo como uma ideologia (seja no sentido de “falsa ideia” ou de horizonte intelectual), como um conjunto de práticas norteadoras da elaboração de política econômica por agências estatais, ou como um projeto político de avanço do grande capital (em especial o financeiro) sobre áreas que se configuravam como um limite ao seu movimento expansivo, ou, ainda, como expressão da predominância do capital financeiro sobre os setores produtivos, e conseqüentemente, um fenômeno de origens econômicas. Considerando o que já dissemos, reivindicamos que o neoliberalismo pode ser tudo isso, mas não como ação isolada de eventos econômicos, políticos ou ideológicos, e sim como combinação de um desenvolvimento específico do conjunto desses elementos.

O neoliberalismo e suas práticas aparecem enquanto acontecimento histórico concreto em meados dos anos de 1970. Por esse período, o capitalismo e suas leis já ditavam as formas de existência social de praticamente todas as sociedades humanas sobre o globo, mesmo que subjugando, a cada uma, de maneira particular. Concluimos disso, que o neoliberalismo é um fenômeno próprio da sociedade capitalista recente, ou, sendo mais preciso, é um momento específico do desenvolvimento do capitalismo recente.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

\*UFF – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História. Mestranda. Bolsista Capes.

Esse novo momento<sup>1</sup> das relações sociais capitalistas, como não poderia deixar de ser, carregava consigo tendências já consolidadas ao longo de séculos, sendo algumas delas: aumento da população expropriada dos seus meios de produção, concentração da propriedade privada e a consequente monopolização dos meios de produção, disponibilização de um número cada vez maior de pessoas para o mercado da venda e compra da força de trabalho, assim como, o engrossamento das fileiras do exército industrial de reserva. Trazia também algumas inovações como a profunda financeirização do capital, alto grau de mobilidade do capital – seja o produtivo ou o financeiro - no globo, novas formas de desenvolvimento do consenso social e de dominação através do consumo e da indústria cultural, críticas e ataques à política do Estado intervencionista e ao “welfare state” e a ideologia do pós modernismo. Mais adiante, analisaremos de forma breve alguns desses temas.

Ao combinarmos a análise do desenvolvimento do neoliberalismo com a teoria marxista a respeito do padrão de reprodução do capital, podemos sugerir que o primeiro é mais um dos intermitentes momentos de expansão do capital sobre áreas ainda não dominadas por sua lógica, ou somente parcialmente dominadas. Partindo desse pressuposto, cabe-nos interrogar quais as causas e as consequências imediatas dessa expansão capitalista específica.

No período do pós-guerra o capitalismo mundial experimentou altas taxas de crescimento, além de uma considerável expansão horizontal (mesmo com a barreira dos países com economia planificada no Leste Europeu e na Ásia), essa época de crescimento, foi apelidada de “Idade de Ouro”. Essa fase do capitalismo, além do crescimento econômico, se caracteriza por apoiar-se numa profunda concertação social, esta foi alcançada de maneira diferente a depender do local: nos países centrais por meio de concessões importantes à classe trabalhadora sob a batuta de partido sociais democratas de grande peso social; nos países periféricos, por intermédio da expulsão de grandes contingentes de populações do campo e sua posterior absorção como mão de obra nas cidades através de considerável expansão (tardia) da indústria, a atuação de governos populistas com caráter nacionalista ou (o que não exclui a primeira hipótese) de ditaduras apoiadas nas forças armadas, e , por fim, o uso constante do recurso da repressão.

---

<sup>1</sup> Ao afirmarmos que o neoliberalismo é um “novo momento” não queremos dizer com isso que aconteceram mudanças estruturais nas formas do capital (como, por exemplo, Lênin o fez na sua discussão sobre o Imperialismo), seja do ponto de vista qualitativo ou quantitativo. Mas tão somente que esse é um momento específico da história do capitalismo.

Porém, esse período de crescimento começa a dar mostras de esgotamento no final dos anos 1960. Segundo Areas :

*“Estatísticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) não deixavam dúvidas sobre a diminuição do crescimento da economia mundial: entre 1963-1973, o crescimento era superior a 7%; entre 1973-1990: caiu para 3%; entre 1990-1999: era pouco mais de 2%.” (AREAS, 2012: 11)*

A partir de então, como os dados acima demonstram, presenciamos uma crise de acumulação do capital, expressa não somente nos níveis baixíssimos de crescimento da economia, mas também no declínio das taxas de lucro. Nossa proposição consiste, fundamentalmente, em compreender o neoliberalismo como resposta do capital a sua crise. Tal resposta, como não poderia deixar de ser, abrange o conjunto das esferas da vida social, apresentando novas maneiras de organização que permitissem o avanço do capital.

A primeira das esferas que abordaremos aqui é a do papel do Estado. O neoliberalismo e seus defensores fizeram fama por sua defesa intransigente do Estado Mínimo, caracterizado pela diminuição da presença do Estado na economia, e por levar o poder estatal de regulação das relações sociais, em especial as relações entre o capital e o trabalho, ao nível mais baixo possível. O mercado, e sua capacidade de se auto regular, assumem a centralidade do pensamento neoliberal, e mais do que isso, o mercado não é somente o espaço no qual as contradições da sociedade podem se resolver da melhor e mais natural maneira, é o campo capaz de oferecer uma ética para todo e qualquer expressão da vida social. Nesse contexto, ao Estado neoliberal caberia apenas aparar as arestas e intervir em situações nas quais a racionalidade do mercado não fosse capaz de dar respostas satisfatórias, ou ainda, ajudando o bom andamento dessa racionalidade, por exemplo, mantendo moedas estáveis e seguras. Segundo Hayek (2010), “a liberdade econômica constitui o requisito prévio de qualquer outra liberdade”, desta maneira a obrigação última do Estado seria protegê-la de qualquer ameaça, garantindo assim o funcionamento livre e eficaz da sociedade.

Apresentamos acima unicamente uma síntese da concepção neoliberal, além dela, muitas outras elaborações foram feitas por seus teóricos. Apesar disso, queremos

problematizá-la destacando dois aspectos, convenientemente, negligenciados pelos neoliberais.

O primeiro deles é que a não regulação é também ela uma regulação, de acordo com Gramsci:

*“afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade factual sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes do Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, a modificar a distribuição da renda nacional.” (Gramsci apud Dias, Edmundo F. & outros, 1996:106)*

Em que pese que o debate de Gramsci se dirige aos liberais do começo do século XX, pode muito facilmente ser aplicado aos neoliberais, pois, no fundo consiste na mesma coisa: compreender que a não regulação e a liberalização é sempre uma ação consciente e seletiva, por conseguinte, é, invariavelmente, um direcionamento da atividade econômica tal qual o intervencionismo keynesiano, mesmo que ambas encontrem expressões e consequências concretas bastante distintas.

O segundo aspecto diz respeito ao caráter seletivo da diminuição do Estado, pois, quando os neoliberais dissertam sobre o gigantismo estatal existe um alvo ao qual se direcionam: a capacidade do Estado de impor limites ao capital, em especial, limites à exploração do trabalho.

Nas palavras de Areas:

*“Ressaltamos que o neoliberalismo não representou uma simples redução do Estado. Na verdade, o neoliberalismo representa mais uma reformulação ou redirecionamento da ação estatal em favor do grande capital, em especial,*

*do capital financeiro, e uma “depuração” de qualquer conteúdo popular e universalizante que estaria presente no aparelho de Estado.” ( AREAS, 2012:19)*

É fácil constatar que sob a orientação neoliberal os Estados não diminuíram sua assistência ao capital. Seja por meio de isenções, empréstimos, parcerias ou qualquer outro formato, os aportes de dinheiro público ao capital continuaram vultosos. Ao contrário, a preocupação e o investimento em áreas sociais diminuíram drasticamente: sistemas previdenciários, educacionais, de saúde e de assistência social foram, em velocidade maior ou menor, desmontados ou, no mínimo, desfigurados em sua forma original ao ponto de se tornarem caricaturas do que já tinham sido um dia.

Em suma, podemos afirmar que o neoliberalismo enquanto prática na condução da política reafirma e aprofunda o caráter de classe do Estado. Potencializando seus serviços ao capital, e minimizando sua capacidade de atender a demandas populares.

Outro ponto central para compreendermos o neoliberalismo consiste na ortodoxia econômica posta em prática por seus defensores. Tal ortodoxia foi construída com base em experiências históricas muito diversas e só veio a ter uma plataforma clara e tabular tardiamente, a partir do Consenso de Washington em 1990, quando o neoliberalismo já se espalhara pelo globo. Mesmo então, seus dogmas mais consolidados se mostraram bastante flexíveis quando necessário, exemplar nesse sentido é indulgência com a qual a formação de monopólios e cartéis sempre foi tratada pelos neoliberais.

No tocante a essa questão, Areas nos oferece a seguinte síntese:

*“De maneira geral, os estudiosos do tema ressaltam as seguintes políticas dos governos adeptos do neoliberalismo: redução da atividade reguladora do Estado, privatizações de empresas estatais e dos chamados serviços públicos (energia, telefonia, transportes, etc), abertura ao capital internacional, eliminação de tarifas protecionistas, ampla liberdade ao capital financeiro, ‘disciplina’ orçamentária ou austeridade fiscal, corte de gastos públicos, em especial os referentes às áreas sociais, reestruturação do sistema previdenciário, redução de impostos sobre os rendimentos mais altos, de modo a estimular os ‘agentes econômicos’ a (supostamente) investirem, aprovação de leis repressivas contra a atividade sindical e a*

*reestruturação de uma taxa de desemprego considerada 'natural'.*

(AREAS, 2012: 15)

Se somarmos a isso um monetarismo brutal, teremos um panorama significativo das medidas adotadas pelos governos neoliberais. Implantadas por ditaduras ou democracias e combinadas de maneiras variadas, mas preservando, de forma quase inexorável, a ênfase nas privatizações e nos cortes draconianos nos gastos públicos, essas medidas constituíram-se na cartilha que oferecia a salvação para economias capitalistas com quadros crônicos de estagnação.

Continuando nossa análise, gostaríamos de nos ater num ponto que comumente é causador de grandes polêmicas: a reestruturação produtiva. É mister reconhecer que o neoliberalismo levou a cabo uma reestruturação produtiva, mas é fundamental também que saibamos que essa, nem de longe, foi uma inovação neoliberal.

A reestruturação produtiva é condição contínua e permanente do capital, tem a ver com sua necessidade tendencial de alteração da sua composição orgânica no seu movimento de valorização. É, portanto, um fenômeno inerente ao capitalismo e que pode ser identificado tanto nos seus primórdios, quanto na atualidade. Apesar disso, não podemos afirmar que a reestruturação levada a frente a partir do final dos anos 1970 não traga consigo nada de novo, sua inovação consiste exatamente na incorporação do ideal de parceria entre o trabalho e o capital. Esse ideal se expressa desde a linha de produção com, por exemplo, com a consolidação do toyotismo, seguindo pelas novas formas de administração e seu conceito de “colaboradores” substituindo o de trabalhadores, chegando até a anatomia das relações e direitos trabalhistas com o surgimento de contratos flexíveis de trabalho e participação acionária e nos lucros (PLR's) da empresa por parte dos trabalhadores.

Em decorrência das questões enumeradas acima, muito se discutiu a respeito do “fim do trabalho” e da superação do fordismo na esfera da produção (que consistiria, na prática, na perspectiva de superar o modelo industrial que conhecemos) e que estaríamos, portanto, diante de um novo paradigma estrutural. No entanto, o que podemos verificar é que, longe de superarmos o fordismo, a reestruturação produtiva iniciada no final da década de 1970 o aprofundou, aumentando a subsunção real do trabalho ao capital.

A manifestação neoliberal na esfera produtiva se deu em consonância com seu movimento mais global: atacando direitos, mitigando o poder das organizações do trabalhadores, encobrendo o avanço do capital com o verniz da modernização (supervalorizando os avanços tecnológicos da robótica) e ocultando o conflito de classe com a retórica de parceria. Esta foi incorporado por importantes setores do movimento sindical no mundo, em especial, a partir do eventos que levaram ao colapso dos Estados de economia planejada no leste europeu.

Citando novamente Areas:

*“A reestruturação produtiva demandou direitos trabalhistas ‘flexíveis’ – em concordância com as pregações neoliberais – levando a ampliação de horas extras. Para Antunes, ‘o processo de reestruturação produtiva do capital’ seria ‘a base material do projeto ideo-político neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o ideário e a pragmática neoliberal’.” (AREAS, 2012:14)*

Finalmente, para compreendermos as mudanças essenciais empreendidas pelo neoliberalismo, falta-nos abordar a fisionomia que este ganhou no mundo intelectual e cultural: o pós modernismo.

É importante ressaltarmos que aquilo que denominamos de pós modernismo é um movimento deveras amplo e que congrega pensamentos dos mais diversos. A despeito disso, algumas interseções são passíveis de serem encontradas em todos eles: a crítica ao paradigma da razão e o desprezo a qualquer perspectiva totalizante e sistêmica da realidade.

Para os pós modernos, as contradições centrais da modernidade calcadas na disputa entre o trabalho e o capital que deram tanto fôlego ao marxismo e movimentos inspirados neste, foram superadas. Desta maneira, as lutas sociais devem prender-se as questões de identidade e sua luta pelo poder, não tem mais a ver com organizações políticas massivas, mas quando a disputa pelo poder conquistado e exercido de maneira micro.

Mesmo considerando que alguns dos teóricos pós modernos (aqueles de maior seriedade) contribuíram com críticas relevantes, o conjunto do movimento posmodernista serviu para afirmar, no campo intelectual e cultural, valores muito apropriados à virada

neoliberal: individualismo, abandono da perspectiva classista, incapacidade para compreender o mundo e, conseqüentemente, para transforma-lo, dentre tantos outros.

### **Uma breve história**

O neoliberalismo não se desenvolveu de maneira linear, embora possamos dizer sem medo de errar, que ele irradia dos países centrais em direção aos periféricos, as suas experimentações concretas não seguem um caminho assim tão retilíneo. Segundo David Harvey:

*“Os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial, tem sido evidentemente um processo muito complexo, que envolve determinações múltiplas e caos e confusão não negligenciáveis.”*  
(HARVEY, 2005:19)

Além de suas desigualdades geográficas, o neoliberalismo encontrou em cada lugar onde se desenvolveu sociedades com contingências específicas o que fez com que tivesse que se adaptar a cada uma delas.

O aparecimento das ideias neoliberais remonta à primeira metade do século XX, quando em 1947, sob a liderança de Friedrich Von Hayek, foi fundada em reunião na Suíça a “Mont Pelerin Society” que congregava um número pequeno de intelectuais unidos por seu combate ferrenho ao socialismo e seu desprezo pelas ideias keynesianas tão em voga na época. Embora atuantes desde então, os neoliberais e suas ideias permaneceram ao largo por muito tempo. Essa situação começa a modificar-se a partir da década de 1970, quando apoiando-se na sua influência na Universidade de Chicago, os neoliberais galgam espaço político e econômico. Sintomático nesse sentido, é a premiação de Hayek (1974) e Friedman (1976) com o prêmio Nobel de Economia.

Diversos autores são unânimes em afirmar que a primeira experiência neoliberal em larga escala aconteceu no Chile de Pinochet. Sob a orientação da Escola de Chicago (embora Friedman tenha se esforçado em negar sempre qualquer vínculo com a ditadura chilena) e utilizando-se de um aparelho autoritário e repressor, o programa piloto neoliberal foi posto em prática, pela primeira vez, num país periférico. A experiência chilena, sem dúvidas, foi

elucidativa e educativa para a elaboração dos planos neoliberais aplicados posteriormente na Europa e nos EUA.

Mas é somente quando aparece nos países centrais que o neoliberalismo assume a cena da política econômica internacional. Os governos de Margareth Thatcher (1979) na Grã Bretanha e Ronald Reagan (1980) nos EUA são, de fato, responsáveis pelo salto de qualidade dado na influência neoliberal no globo.

A experiência americana e britânica apresentam semelhanças e diferenças importantes. No tocante as semelhanças, ambas partiram de economias estagnadas, com um quadro preocupante de inflação e um desemprego em alta. Além disso, Reagan e Thatcher tiveram lutas encarniçadas (que tornaram-se marcos internacionais na luta de classes) com os setores mais organizados e avançados da classe trabalhadora, respectivamente, os controladores de voo e seu sindicato o PATCO, e os mineiros de carvão. No que diz respeito às diferenças, Reagan recorreu ao apoio da direita cristã branca americana para sua sustentação política, já Thatcher (na falta de coisa semelhante na Grã Bretanha) teve de buscar apoio no imbricado sistema de colaboração de classe desenvolvido no seu país, e numa classe média ávida pelas maravilhas do livre mercado e da propriedade privada.

Se nesse primeiro momento foram governos claramente de direita e conservadores que levaram a frente o programa neoliberal, com o passar do tempo, a cartilha se mostrou irresistível e sua aplicação inapelável. Na Europa, mesmo países com forte tradição social democrata como Noruega e Dinamarca, assumiram medidas neoliberalizantes. Na Grã-Bretanha, o próprio Partido Trabalhista levou a frente o legado de Thatcher; nos EUA, os democratas igualmente seguiram os passos dos republicanos. Assim, o discurso neoliberal ganha contornos de inevitabilidade, que serão largamente utilizados quando da sua aplicação em países periféricos.

Um capítulo a parte foi a neoliberalização nos países do ex-bloco soviético. Vindos de economias planificadas, nas quais o setor público era forte, o pleno emprego era garantido e as relações sociais se constituíam em outras bases, o choque neoliberal foi mais forte. Na Rússia, por exemplo, contingentes enormes de pessoas foram lançados na miséria, enquanto a burocracia estatal se convertia, num processo marcado pela corrupção e gangsterismo, em burguesia. Segundo Perry Anderson, em nenhum lugar no mundo o neoliberalismo foi aplicado de forma tão feroz e cruel como nesses países.

O avanço neoliberal na América Latina tem uma característica própria: seu caráter colonialista. Segundo Areas:

*“A adoção de políticas neoliberais na América Latina tem relação com o endividamento desses países nos anos 60 e 70. Empréstimos internacionais eram apresentados aos países como reais vias de desenvolvimento. O crédito farto e barato era oferecido – a juros flutuantes – por bancos privados internacionais, que visavam reciclar a renda petrolífera. Assim, países como México e Brasil tinham altas taxas de crescimento econômico à custa de um velloz endividamento externo. (...) Foi nesse contexto que o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ampliaram sua presença na América Latina. Essas duas instituições, cuja ascendência norte-americana é notória, passaram a condicionar novos empréstimos à aplicação de determinadas políticas econômicas de “ajuste estrutural.” (AREAS, 2012:18)*

A crise das dívidas dos países latino americanos, combinada com o fim de ditaduras que tinham praticado as políticas econômicas e fiscais das mais absurdas, levou muitos Estados à bancarrota, como o México em 1982.<sup>2</sup>

Finalmente, nos capítulos recentes da história do neoliberalismo, encontramos situações singulares, na qual sua implantação foi levada a frente não por um governo democrático, ou por uma ditadura, mas por um protetorado. O Iraque, invadido pelos EUA em 2003, teve sua economia “reestruturada” sob o controle das botas dos soldados americanos. Como nos relata Harvey:

*“(...) em setembro de 2003, quando Paul Bremer, chefe da Coalition Provisional Authority [Autoridade Provisória da Coalisção], promulgou decretos que incluíam ‘a total privatização da economia, plenos direitos de propriedade às empresas estrangeiras com negócios iraquianos, o direito das empresas estrangeiras expatriarem os lucros e a retirada de quase todas as barreiras comerciais’” (HARVEY, 2005:16)*

---

<sup>2</sup> Calcula-se que entre os anos de 1980 e 1990 os serviços da dívida chegaram a ser entre 2% e 5% do PIB de alguns países, o que era mais do que foi imposto a Alemanha como pagamento das dívidas de guerra no Tratado de Versalhes

Alguns outros casos são bastante interessantes como a abertura econômica da China iniciada em 1978, o avanço neoliberal nos “tigres asiáticos” como a Coreia do Sul, como também, no continente africano. Porém, nos limites desse trabalho não temos como analisá-los profundamente.

## **O Neoliberalismo à brasileira**

Para alguns autores (inclusive para o próprio Banco Mundial), o neoliberalismo no Brasil se desenvolveu de forma tardia, pois, embora possamos encontrar privatizações e algumas medidas liberalizantes já durante o Governo Sarney – ou até um pouco antes – essa não era a tônica da política econômica desse período, não passando de operações isoladas, ainda que tenham sido indicadoras do que estava por vir.

A primeira virada será em 1992 com a eleição de Fernando Collor, porém, o *impeachment* sofrido por este, interrompeu a aplicação a fundo de seus planos de “reforma do Estado”. O segundo e definitivo momento da virada neoliberal brasileira será em 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, de tal modo seguidor da cartilha, que foi posteriormente transformado em ícone neoliberal no imaginário popular.

No Brasil, as políticas neoliberais foram, desde o início, um projeto consciente da burguesia nacional em associação com o capital internacional. Uma tentativa de internacionalizar a economia brasileira, porém, sem perda ou transformação da estrutura política e social arcaica existente.

De acordo com Virgínia Fontes:

*“Quero com isso mostrar que este capital-imperialismo brasileiro, que, como já dito, emerge subalterno, resulta tanto das condições internas da dominação burguesa quanto das contradições mais amplas que atravessam o capital-imperialismo mundial, mas carrega consigo as tradições prepotentes (autocráticas) que acompanharam a história da dominação burguesa no Brasil” (FONTES,2010:15).*

Nesse processo, cada um fez a sua parte. A burguesia nacional realizou cuidadosamente as tarefas que ficaram sob sua responsabilidade: aprovação de nova legislação condizente com o marco neoliberal, reforma do Estado, retirada de direitos trabalhistas e direitos sociais, desmoralização e repressão aos grupos resistente à agenda neoliberal, além de uma ampla campanha nos meios de comunicação de massa para convencer a população de todos os benefícios que o neoliberalismo traria a todos. Dessa maneira, garantiu sua participação nos dividendos com parcelas significativas nas compras das estatais postas à venda e manutenção dos subsídios estatais nos setores que julgou estratégicos, principalmente no agronegócio.

Por sua vez, o capital internacional forneceu as condições para que isso ocorresse. Condições essas que iam desde empréstimos milionários providos por seus organismos internacionais, em especial o FMI, até o suporte teórico que seus intelectuais forneceram na elaboração dos planos e pacotes econômicos, ou mesmo na formação de quadros brasileiros com estudos em suas principais escolas, por exemplo, a de Chicago.

Essa combinação entre o capital nacional e internacional fornece um dos contornos mais importantes do neoliberalismo brasileiro, o seu caráter colonial e imperialista. A internacionalização da economia levada a frente por esse processo tornou-a cada vez mais dependente, e conseqüentemente, suscetível aos interesses externos.

## **A chave mestra das privatizações**

Nos planos neoliberais brasileiros o lugar de maior destaque era ocupado pelas privatizações. A venda das estatais cumpria um papel fundamental, pois oferecia ao mesmo tempo várias vantagens: abertura de novos mercados ao capital, aquisição de empresas com vasto patrimônio a preços módicos, incentivos e empréstimos públicos aos capitalistas interessados na compra das estatais, possibilidade de demissão de funcionários no processo de “enxugamento” das empresas, o que aumentava o número de desempregados e pressionava os trabalhadores em geral a aceitarem piores salários e piores condições de trabalho, dentre muitas outras questões.

Por oferecer tantos benefícios ao capital, a venda das estatais era, como diz Cezar Honorato, “cláusula pétrea” nos documentos e orientações dos órgãos financeiros

internacionais destinados ao Brasil (mas isso foi uma realidade em toda a América Latina na década de 1990). Segundo dados do Banco Mundial, entre os anos de 1990 e 2002 foram privatizadas 165 estatais brasileiras, seja de forma total ou parcial (sendo um exemplo da primeira forma a Vale do Rio Doce, e um exemplo da segunda, a Petrobrás).

A combinação entre a atividade do Estado e do capital privado e suas organizações, fez com que sua política fosse vitoriosa. O avanço das privatizações foi visto com bons olhos por parcelas significativas da população, ganhou um sentido de modernização. As empresas, agora privadas, seriam mais modernas e ofereceriam melhores serviços. A difusão da imagem dos funcionários públicos como marajás, cheios de privilégios, em contraposição à maioria da população, também reverberou em frações importantes da população, principalmente nos setores mais explorados, que foram incentivados a verem nos direitos adquiridos pelos funcionários públicos das estatais privilégios a serem combatidos, e não direitos a serem estendidos ao conjunto dos trabalhadores.

Claro que o ciclo de privatizações comandado pelo FHC e PSDB também sofreu contradições, resistência e esgotamento, afinal, as promessas de crescimento e desenvolvimento do neoliberalismo se mostraram levianas, e somadas à crise econômica internacional aberta em 1997, totalmente insustentáveis.

## **Quando a vida também é mercadoria**

Para além das empresas estatais serem um patrimônio público importante para a manutenção da soberania política nacional, como também uma importante fonte de recursos – pois, ao contrário do que foi amplamente difundido no período, muitas dessas empresas geravam lucros para o Estado – elas também cumpriam um papel social importante.

As estatais que forneciam serviços essenciais como água, energia elétrica, telefone e transporte, no geral, praticavam tarifas abaixo das de mercado. Dessa maneira, os governos deixavam de arrecadar um valor, mas em contrapartida garantiam que a parcela mais pobre da população tivesse acesso às condições mínimas de conforto na sua existência. Essa função social somente uma empresa pública é capaz de realizar, pois foge a lógica de maximização dos lucros. Quando uma empresa estatal é vendida, não somente um novo mercado é

incorporado ao capital, mas também esses subsídios praticados pelos governos, chamado por alguns de salário social, é incorporado à taxa de lucro dos capitalistas.

O neoliberalismo e suas privatizações não dizem respeito somente à transferência de grandes recursos e meios de produção ao capital privado, mais do que isso, significam o processo de mercantilização de formas e elementos da vida social, que até então, eram determinados de forma pública, com regras que fugiam – mesmo que parcialmente – ao controle do mercado.

A pesquisa que levamos a frente no mestrado trata da venda da eletricidade, que não é uma mercadoria como outra qualquer. A eletricidade é definidora de vários aspectos do modo de vida moderno. Como diz Honorato:

*“Este processo [a incorporação da eletricidade ao cotidiano das pessoas] foi mais que um comércio de mercadoria, pois redefiniu ‘os corações e mentes’ ao gerar novas maneiras de pensar, sentir e atuar. (...) A lógica social do final do século XX se baseia na utilização de eletricidade.”*  
(HONORATO, 2002:408. Tradução nossa).

Dessa maneira, o capital assume o controle sobre os meios que asseguram as formas mais elementares de nossa sociabilidade.

Outro aspecto relevante é o papel que as privatizações assumem na concentração de riqueza e transferência de renda. Atendo-nos ao setor da eletricidade, podemos constatar que, segundo dados do IBGE e do DIEESE, entre os anos de 1995 e 2004 as tarifas industriais cresceram 289%, enquanto as residenciais aumentaram em 315%, ou seja, os consumidores residenciais “pagam” uma parte dos custos da indústria (além de pagarem também os gastos com iluminação pública). No mesmo período, os gastos das famílias com energia cresceram 262%, enquanto o IPCA foi de 101%; assim como o PIB brasileiro cresceu ao passo que a renda média do brasileiro caiu, ou seja, a produção de riquezas aumentou, porém, a apropriação dessa riqueza por parcelas amplas da população diminuiu.

Considerando os elementos que problematizamos acima, elaboramos algumas proposições sintéticas, que merecem ser mais profundamente estudadas e caracterizadas, mas que infelizmente não teremos como fazê-lo no espaço desse trabalho sendo elas:



- o neoliberalismo enquanto projeto localizado no tempo e espaço, para além de seus aspectos econômicos, é um movimento abrangente do capital que busca envolver esferas da vida social que ainda preservam certa autonomia, dando a mais irrestrita liberdade ao capital no seu incessante movimento por valorização;

- a política de privatizações aplicada no Brasil tem repercussões amplas, muito maiores que aquelas que aparecem na superfície da reordenação e reestruturação econômica;

- o neoliberalismo, enquanto projeto político, foi aplicado de forma absolutamente consciente pela burguesia brasileira;

Uma última consideração se faz necessária, a de que o projeto neoliberal no Brasil não se encerrou com o fim do ciclo do PSDB, a chegada do PT ao poder inaugura uma nova era, com novos contornos e com um projeto distinto em alguns aspectos, porém, carregado do mesmo conteúdo político.

## **Bibliografia**

AREAS, João Braga. **Batalhas de O GLOBO**. Niterói: UFF, 2012 (Tese de doutorado).



DIAS, Edmundo F. & outros. **O outro Gramsci**. São Paulo. Xamã.1996.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2010.

GRACIOLLI, Edilson José. **Privatização da CSN: da luta de classes à parceira**. São Paulo. Expressão Popular. 2007.

HONORATO, Cezar. “**Imperio o imperialismo: a propósito de las privatizaciones del sector eléctrico em Brasil**” in Revista Marx Vive Nº 15. Bogotá. 2002

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo. Edições Loyola. 2005.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo. Instituto Ludwig Von Mises Brasil. 2010.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

PICOLLO, Mônica. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói. UFF. 2010 (Tese de doutorado).